



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**PREGÃO ELETRÔNICO para REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**

**CONTRATANTE**

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE

**OBJETO**

Seleção das propostas mais vantajosas para o Registro de Preços, objetivando a eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais de papelaria a serem utilizados pelas unidades de atendimento vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Rio das Ostras.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**

**R\$ 1.075.199,61 (um milhão, setenta e cinco mil, cento e noventa e nove reais e sessenta e um centavos)**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

Dia **15/06/2026** às **09:00 h** (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por item

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto e fechado

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim

**SUMÁRIO:**

Preâmbulo

1. Do Objeto
2. Do Registro de Preços
3. Da Participação na Licitação
4. Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação
5. Do Preenchimento da Proposta
6. Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances
7. Da Fase de Julgamento
8. Da Fase de Habilitação
9. Dos Recursos
10. Da Formalização da Ata de Registro de Preços
11. Do Cadastro Reserva
12. Do Reajuste Contratual
13. Das Infrações Administrativas e Sanções
14. Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento
15. Da Convocação e Contratação
16. Das Disposições Gerais





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**PREÂMBULO**

O MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, através da Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos, torna público que realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM com itens exclusivos para ME/EPP e de Ampla Concorrência**, nos termos da Lei Federal nº 14133/2021 e alterações supervenientes, Lei Complementar nº 123/2006 com alterações inseridas pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei nº 11488/2007, art. 34, e, de forma suplementar pelos Decretos Municipais nº 3884/2024 e 4039/2024 e mediante as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**Comissão de Contratação I – CC I**

**Data da sessão: 15/06/2026**

**Horário: 09:00 h (Horário de Brasília)**

**Endereço eletrônico: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

**Código UASG: 982921**

**Modo de Disputa: Aberto e Fechado**

**Participação: Itens exclusivos para ME/EPP e equiparadas e Itens de ampla concorrência.**

**E-mail: [cpl1pmro@gmail.com](mailto:cpl1pmro@gmail.com) / [delcopmro@gmail.com](mailto:delcopmro@gmail.com)**

**Tel: (22) 2771-5543 (WhatsApp) / 2771-6404**

**1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a seleção das propostas mais vantajosas para o Registro de Preços, objetivando a eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais de papelaria a serem utilizados pelas unidades de atendimento vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Rio das Ostras, nas quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 O prazo de vigência do Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 22 do Decreto Federal 11.462/23.

2.1.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período inicial, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.1.2 No caso da prorrogação da vigência da ata de registro de preços, os quantitativos previstos inicialmente serão renovados automaticamente na sua integralidade, mediante prévia justificativa formal, autorização expressa da autoridade competente e comprovação de vantajosidade econômica para a Administração.

2.1.3 Os preços registrados poderão ser alterados nas condições previstas na Ata de Registro de Preços, conforme minuta que faz parte deste edital de licitação – Anexo II (inciso VI do artigo 82 da Lei Federal 14.133/2021).

2.1.4 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como eventuais adesões são as que constam na minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo II

2.2 O objeto da licitação será dividido em 30 (trinta) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

**3.5** Para os itens de 01 ao 25 será concedido o tratamento favorecido estabelecido nos arts.42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.5.1** A obtenção dos benefícios a que se referem os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato

**3.6** Não poderão disputar esta licitação:

**3.6.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.6.2** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.6.3** Empresa, isoladamente, cooperativa ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.6.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.6.5** Cujo sócio e/ou dirigente mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e/ou civil com o prefeito, seu Vice, vereadores, Secretários e Subsecretários ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, tais como procuradores municipais, assessores jurídicos, técnicos do Controle interno, membros das comissões de licitações, independentemente dos mesmos possuírem função gratificada ou de ser ocupante de cargo comissionado, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.6.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.6.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.6.8** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**3.6.9** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**3.6.10** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.7** Havendo alguma das incompatibilidades elencadas no item 3.6.5 e 3.6.10, a desincompatibilização, para ser válida, deverá ocorrer, no mínimo, 1 (um) ano antes da data marcada da licitação, de acordo com o art. 136, II, e do Estatuto dos Servidores Públicos de Rio das Ostras, LC 66/19.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**3.8** O rol descrito no item 3.6.5 é meramente exemplificativo, podendo englobar qualquer servidor público municipal lotado em qualquer Secretaria ou Órgão, desde que efetivamente comprovada a possibilidade de interferência no certame ou na execução do contrato, promovendo favorecimento indevido;

**3.9** O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.10** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2. e 3.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.11** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.12** O disposto nos itens 3.6.2. e 3.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.13** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.14** A vedação de que trata o item 3.6.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.15** De acordo com a súmula nº 12/2023 do TCE, a participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios deve ser permitida, em observância ao princípio da preservação da empresa, desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.

**4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.1 deste Edital.

**4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

**4.3.1** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.3.2** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.3.3** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**4.3.4** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.4** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.4.1** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.4.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.5** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**4.6** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.7** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.8** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.9** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.9.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

**4.9.2** e os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.10** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.10.1** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

**4.10.2** e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.12** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.13** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total do item;
- b) Marca;
- c) Fabricante;
- d) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

**5.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8** O formulário da Proposta de Preço, em sua forma prevista no Anexo III do edital de licitação, somente será utilizado pelo licitante vencedor, com vistas à readequação de sua oferta final.

**5.9** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.10** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no termo de referência, quando participarem de licitações públicas.

**5.11** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX e at. 75 da CRFB; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**6.3.1** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**6.3.2** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.4** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.5** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.6** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.7** O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

**6.8** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.9** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.10** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (zero um centésimo por cento).

**6.11** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.12** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**6.13** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.13.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.13.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.13.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.13.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.13.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.14** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**6.14.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**6.14.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.14.3** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**6.14.4** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**6.14.5** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.15** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**6.15.1** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.15, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**6.15.2** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.15.3** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.15.4** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.15.5** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.15.6** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.16** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.17** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.18** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.19** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.20** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.21** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.22** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**6.22.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.22.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**6.22.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.22.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.23** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.23.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.23.1.1** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.23.1.2** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.23.1.3** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.23.1.4** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.23.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.23.2.1** Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

**6.23.2.2** Empresas brasileiras;

**6.23.2.3** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.23.2.4** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009

**6.24** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.24.1** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.24.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.24.3** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.24.4** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.24.5** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.25** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7 DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF, devendo disponibilizar esta documentação às demais licitantes, tendo em vista o princípio da Transparência, previstos no artigo 5º da Lei 14.133/2021, para que, eventualmente, possam recorrer.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**7.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**7.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**7.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**7.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**7.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

**7.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.7.1** Contiver vícios insanáveis;

**7.7.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**7.7.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.7.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.7.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.8** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.8.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**7.8.1.1** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.8.1.2** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.9** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.10** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.11** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**7.11.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**7.11.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.12** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.13** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**7.14** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**7.15** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.16** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**7.17** Após a definição do preço final do licitante vencedor, o agente da contratação deverá verificar com os demais licitantes se aceitam cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, para formação de cadastro de reserva, a ser incluído na respectiva ata na forma de ANEXO A, conforme estipulado no Artigo 167 do Decreto nº 3884/2024.

## **8 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1** Os documentos previstos no Termo de Referência (Anexo I), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.2** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.2.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.3** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.4** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.5** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.6** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**8.7** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.8** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**8.8.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.9** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

**8.9.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação.

**8.10** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.10.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**8.10.2** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

**8.11** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, devendo-se disponibilizar esta documentação às demais licitantes, tendo em vista o princípio da transparência, previsto no artigo 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que possam eventualmente recorrer.

**8.11.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.11.2** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.12** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**8.12.1** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.12.2** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**8.13** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.14** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

**8.15** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**8.16** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas, estas últimas, desde que preencham os requisitos previstos no art. 34, da Lei nº 11488/2007, por ocasião da participação em Certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

**8.17** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**8.18** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, na forma do artigo 43, parágrafo primeiro, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 155/2016.

**8.19** O Não preenchimento da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 90, da Lei n.º 14.133, de 21 de junho de 2021, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para assinatura do Contrato, ou Revogar a Licitação;

**8.20** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9 DOS RECURSOS**

**9.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**9.3.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**9.3.2** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**9.3.3** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**9.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**9.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10 DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1** Uma vez homologado o resultado da licitação, o registro de preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nas condições previstas neste edital e anexos, conforme o modelo constante no ANEXO II deste edital, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação.

**10.2** O MUNICIPIO convocará a licitante vencedora para no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**10.3** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante vencedora convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo MUNICIPIO.

**10.4** O presente edital, bem como os seus anexos, e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da ata de registro de preços.

**10.5** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, em até 5 (cinco) dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando ao MUNICIPIO convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.

**10.6** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**10.7** A Ata de Registro de Preços assinada deverá ser devolvida acompanhada da cópia da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura da Ata e o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

**10.8** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**10.9** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**10.10** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o MUNICIPIO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**10.11** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**10.12** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

**10.13** É vedada a participação de um órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, exceto quando a ata registrar um quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

**11 DO CADASTRO RESERVA**

**11.1** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

11.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses prevista no art. 167, § 1º, do Decreto nº 3884/2024.

11.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

**12 DO PRAZO, DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE CONTRATUAL**

12.1 O prazo de vigência da contratação é de 9 (nove) meses, contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do caput do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 36 do Decreto Federal 11.462/23.

12.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como a inexistência de registros no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal.

12.1.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

12.1.3 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

12.2 Considerando o disposto no art. 25, § 8º, da Lei n.º 14133/2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento estimado, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei. Os preços inicialmente são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento estimado definitivo.

12.3 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.5 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.6 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**12.7** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**12.8** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.

**12.9** O reajuste será realizado por apostilamento, ou por aditivo.

**12.10** O reajuste a que a futura contratada fizer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato.

**12.11** Os pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o caso, deverão ser respondidos pela Contratante no prazo de 90 (noventa) dias após conclusão da análise final da Secretaria de Controle Interno, devendo a Contratada juntar toda a documentação que for solicitada.

### **13 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**13.1** Com fulcro na **Lei nº 14.133, de 2021**, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**I-Advertência**

**II- multa:** a) compensatória; b) de mora.

**III- impedimento de licitar e contratar**

**IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

**13.1.1.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “a” do inciso II.

**13.1.2.** A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

**I- multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

**II- o atraso na prestação da garantia contratual** pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:

**a)** atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;

**b)** atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;

**c)** atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.

**III- de 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:**

**a)** na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;

**b)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**c)** não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**d)** tumultuar a sessão pública da licitação;

**e)** descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

**f)** propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

- g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
  - h) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;
  - i) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
  - j) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
  - k) não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;
  - l) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
  - m) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
  - n) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
  - o) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
  - p) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
  - q) deixar de repor funcionários faltosos;
  - r) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
  - s) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
  - t) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
  - u) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.
- IV-** de 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:
- a) inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;
  - b) quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.
- V-** de 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:
- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
  - c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
  - d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
  - f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuir-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
  - g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;
  - h) recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;
  - i) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

**13.1.2.1** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

**13.1.2.2** Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o *caput* e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

**12.1.2.3** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**13.1.2.4** A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

**13.1.2.5** Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:

**13.2.** Será aplicada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

**I-** impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
- f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;
- g) tumultue a sessão pública de licitação;
- h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
- i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
- k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- l) induza em erro a Administração;
- m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
  - 1. atraso na execução do objeto;
  - 2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
  - 3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.
- n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;

**II-** impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;
- c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;
- d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.

**III-** impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;
- d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- e) comportamento inidôneo;
- f) apresentação de documentação falsa;
- g) falha ou fraude na execução do contrato;
- h) fraude fiscal.

**13.2.1** A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**13.3** Será aplicada a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

**I-** pelo período entre 03 (três) anos até 04 (anos) anos, no caso de o infrator:

**a)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

**II-** pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (anos) anos, no caso de o infrator:

**a)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**III-** pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

**a)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);

**b)** existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;

**c)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

**13.3.1** Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**13.4** O cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

**13.5** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.6** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.7** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**13.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.9** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**14.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou formular pedido de esclarecimento este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**14.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**14.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por e-mail, mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico da Comissão de Contratação I: [cpl1pmro@gmail.com](mailto:cpl1pmro@gmail.com), - protocolada no endereço na sala da Comissão de Contratação, situada à Rua Campo de Albacora, nº 102 – QD 07 – LT 22 – sobreloja – sala 06 – Loteamento Atlântica – Rio das Ostras/ RJ. Maiores Informações: (22) 2771-5543.

**14.3.1** As respostas aos pedidos de esclarecimento e/ou de impugnação serão divulgadas concomitantemente nos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.

**14.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame

**14.4.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**14.5** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **15 DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

**15.1** Homologado o resultado da licitação e empenhado, a Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos convocará a **ADJUDICATÁRIA** para que no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento do e-mail enviado a empresa ou convocação, assine o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e nos Decretos Municipais nºs 3884/2024, 4039/2024 e neste Edital.

**15.1.1** O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, e, desde que, seja aceito os motivos pela administração, podendo esta, se assim o entender, utilizar-se da prerrogativa prevista na Lei Federal 14.133/2021.

**15.2** Na hipótese do não atendimento à convocação, para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou havendo recusa em fazê-lo, poderá o Pregoeiro, sem prejuízo das aplicações das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais, convocar os demais licitantes, desde que respeitada a ordem de classificação e **ACEITAS AS MESMAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA VENCEDORA**, para, após a verificação dos requisitos de habilitação, proceder à assinatura.

**15.2.1** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, o município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a elaboração do contrato ou da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, sem prejuízo de eventual negociação.

**15.3** Os atos decorrentes da nova convocação a que se refere o item 15.2, serão realizados através de convocação pelo sistema eletrônico, com a convocação direta dos licitantes remanescentes classificados para a análise da aceitabilidade do preço, e se for o caso, verificação – Documentação de Habilitação, com observância de todos os termos previstos neste Edital.

**15.4** Uma vez assinado o contrato será publicado no Portal Nacional de Compras Públicas -PNCP e no portal da transparência do Município de Rio das Ostras, dentro do prazo previsto em na Lei Federal 14.133./2021 bem como no Decreto Municipal 3884/2024.

## **16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**16.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**16.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**16.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**16.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**16.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**16.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**16.9** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**16.10** As empresas deverão comunicar qualquer alteração de endereço ou contato celular com WhatsApp habilitado para receber todas as notificações do Município de Rio das Ostras, sob pena de validade das notificações realizadas unicamente pelo Jornal Oficial do Município.

**16.11** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**16.12** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este edital.

**16.13** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I – Termo de Referência (TR);
- ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preço;
- ANEXO II A – Cadastro Reserva
- ANEXO III – Proposta de Preços;
- ANEXO IV – Critério de Aceitabilidade.
- ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato.

Rio das Ostras, 22 de maio de 2026.

**Ubiratan Nunes da Silva**  
**Secretário Municipal de Licitações, Compras e Contrato**





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Aquisição de materiais de papelaria, a serem utilizados pelas unidades de atendimento vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Rio das Ostras (SEMEDE), essenciais para a execução das atividades administrativas e pedagógicas da rede municipal de ensino, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DESTINADOS A ME / EPP						
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	356979	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO – para quadro branco, corpo em plástico de alta resistência, superfície interna em espuma, base feltro, medindo aproximadamente 50x145mm. Devendo conter código de barras.	Und.	8.442	R\$ 2,89	R\$ 24.397,38
2	412450	Bandeja de Mesa/Correspondência Tripla em Acrílico (Horizontal) Geralmente articulada, ideal para organizar papéis e documentos em mesas. Estrutura articulada, andares fixos ou removíveis, design em “escada”. Medidas: Aprox. 35,5 cm (Comprimento) x 25,3 cm (Largura) x 12 cm a 15 cm (Altura total)	Und.	540	R\$ 33,67	R\$ 18.181,80
3	306570	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA GROSSA METÁLICA PRETA – Caneta esferográfica preta, corpo sextavado em material transparente, medindo aproximadamente 14cm, com orifício para entrada de ar no corpo da caneta, distante 6cm da ponta e 8,3 da ponta inferior. Ponta com biqueira plástica e esfera em tungstênio, com escrita 1mm, fixação da carga por pressão no corpo, escrita uniforme (sem falhas).	Und.	24.052	R\$ 0,51	R\$ 12.266,52
4	288944	CARTOLINA LISA (AMARELA/AZUL/BRANCA/ROSA) – 150g.m², 66x50cm e cor variada.	Und.	50.272	R\$ 0,68	R\$ 34.184,96
5	483432	CLÍPS 6/0 – Caixa com 50 unidades.	Cx.	4.019	R\$ 1,87	R\$ 7.515,53
6	449827	COLA DE ISOPOR /E.V. A. 90 G	Und.	4.277	R\$ 3,21	R\$ 13.729,17
7	292776	CORRETIVO LÍQUIDO – a base de água, 18ml.	Und.	781	R\$ 1,34	R\$ 1.046,54



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

8	356485	E.V.A. (EMBORRACHADO) 40 X 48 CM – material: borracha eva, padrão: liso, cor: variada	Und.	22.522	R\$ 1,57	R\$ 35.359,54
9	394720	FITA DUPLA FACE – 12mmx30m.	Und.	1.988	R\$ 1,65	R\$ 3.280,20
10	412098	FITILHO (AZUL, BRANCO, DOURADO, PRATEADO, VERDE, VERMELHO) – 5mmx50m, cores diversas.	Und.	1.988	R\$ 1,67	R\$ 3.319,96
11	257647	GIZÃO DE CERA – cera plástica com corante atóxico, cor: variadas, tamanho: pequeno, espessura: grossa, 12 unidades.	Cx.	12.198	R\$ 3,03	R\$ 36.959,94
12	360097	GLITTER ESCOLAR 3,0 G (6 cores) – Embalagem com 6 potes de 3 gramas, cores sortidas.	Cx.	517	R\$ 2,61	R\$ 1.349,37
13	483474	LIVRO DE ATAS C/ 100 FLS – Livro ata. Material: papel cartão, 100 folhas, comprimento: 330 mm, largura: 203 mm, características adicionais: ata com folhas numerada.	Und.	802	R\$ 11,06	R\$ 8.870,12
14	461835	PAPEL A3 – 297x420mm – Pacote 500 folhas, gramatura: 75 g.m2, formato: A3, comprimento: 420 mm, largura: 297 mm.	Resma	392	R\$ 48,76	R\$ 19.113,92
15	405824	PASTA CATÁLOGO, C/ 50 FL – Formato ofício, 50 envelopes plásticos finos (0,06 ma), 4 colchetes. Tam.: 245mm x 335mm x 20mm. Capa: Solda de PVC preta e bolso para identificação.	Und.	3.612	R\$ 11,22	R\$ 40.526,64
16	435050	PINCEL ATÔMICO COLOR PRETO – Ponta: Ponta chanfrada de feltro, resistente, que não deforma facilmente e permite variação de traço – PILOT ou marca similar de igual ou melhor qualidade.	Und.	1.137	R\$ 1,39	R\$ 1.580,43
17	435051	PINCEL ATÔMICO COLOR VERMELHO – Ponta: Ponta chanfrada de feltro, resistente, que não deforma facilmente e permite variação de traço – PILOT ou marca similar de igual ou melhor qualidade.	Und.	1.137	R\$ 1,48	R\$ 1.682,76
18	445057	PINCEL TIPO BROCHA Nº 6 – Pincel tipo brocha, batedor	Und.	4.167	R\$ 2,55	R\$ 10.625,85
19	278687	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE – tensão alimentação: 110,220 v, potência: 10w, aplicação: colagem, características adicionais:	Und.	1.615	R\$ 14,34	R\$ 23.159,10





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

		profissional, compatível bastão sili- cone				
20	611692	TECIDO TNT (ROLO COM 50 M) – gramatura: 40 g.m2, cor: variada, lar- gura: 1,40 m. Rolo de 50 metros.	Rolo	354	R\$ 45,41	R\$ 16.075,14
21	477123	TESOURA 21 CM – aço inoxidável, material cabo: plástico, comprimento: 21 cm, características adicionais: ponta reta, área de corte: 7,5cm.	Und.	823	R\$ 4,37	R\$ 3.596,51
22	464170	TESOURA ESCOLAR 13CM – mate- rial: aço inoxidável, material cabo: poli- propileno, comprimento: 13 cm, carac- terísticas adicionais: sem ponta, es- pessura da lâmina 1,5mm.	Und.	21.085	R\$ 1,79	R\$ 37.742,15
23	274454	TINTA GUACHE 12 CORES 15 ML – tinta de pintura artística. Embalagem com 12 cores de 15ml.	Cx.	2.990	R\$ 5,76	R\$ 17.222,40
24	411718	TINTA PRETA PARA CARIMBO FRASCO 40ML	Und.	1.262	R\$ 3,22	R\$ 4.063,64
25	459300	ENVELOPE BRANCO 6\9 POLEGA- DAS – Envelope, material: offset. Ta- manho aproximado (c x l): 162 x 229 mm (6"x9"), cor: branco, gramatura: 75 g/m².	Und.	5.400	R\$ 0,17	R\$ 918,00
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 376.767,57</b>

**DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA**

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNI- TÁRIO	VALOR TOTAL
26	464772	CANETA HIDROCOR – C/ 12 UNIDA- DES (ESTOJO) – material: plástico, material ponta: porosa, espessura es- crita: média, cor carga: variada, tampa anti-asfixiante, tinta à base de água, atóxico pávio e ponta em poliéster.	Cx.	39.816	R\$ 3,55	R\$ 141.346,80
27	338468	LÁPIS DE COR - Lápis de cor, mate- rial: madeira, diâmetro carga: 2 mm, cor: diversas, formato: cilíndrico, compri- mento total: 170 mm, características adicionais: tamanho grande com 12 cores	Cx.	39816	R\$ 2,64	R\$ 105.114,24
28	201228	GIZ DE CERA TONS DE PELE - Dife- rentes tons de pele -Formato anatô- mico: geralmente mais grosso, facili- tando o manuseio por mãos peque- nas. COM 12 CORES	Cx.	11.700	R\$ 11,15	R\$130.455,00



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

29	471411	CANETA HIDROCOR TONS DE PELE - 12 Variedades de Tons de Pele - Formato redondo; tinta à base de água, atóxico pavo e ponta em poliéster	Cx.	11.700	R\$ 19,24	R\$ 225.108,00
30	338468	LÁPIS DE COR TONS DE PELE - variedade de tonalidades, formato: cilíndrico, tamanho grande com 12 cores	Cx.	11.700	R\$ 8,24	R\$ 96.408,00
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 698.432,04</b>
<b>TOTAL GERAL</b>						<b>R\$ 1.075.199,61</b>

1.1.1 Os quantitativos constantes da tabela acima possuem caráter estimativo, destinados à formação de preços, ao planejamento da contratação e à definição do limite máximo de fornecimento, não configurando obrigação de aquisição integral por parte da Administração.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no item 1 do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigos 174 e seguintes do Decreto nº 14.730/2023.

1.4 O prazo de vigência do contrato é de 9 (nove) meses contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 Considerando a variabilidade da demanda ao longo do exercício, a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada. Os quantitativos indicados possuem caráter meramente estimativo, elaborados com base em memória de cálculo e projeções de consumo, destinando-se à formação de preços, ao planejamento da contratação e à definição do limite máximo de fornecimento, não configurando obrigação de aquisição integral por parte da Administração. As contratações serão realizadas de forma parcelada e conforme a necessidade, mediante requisições ao longo da vigência da ata.

1.6 O licitante deverá apresentar proposta considerando o quantitativo total estimado para cada item, para fins de formação de preço, não sendo admitidas propostas parciais.

1.7 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8 Será concedido o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8.1 A obtenção dos benefícios a que se referem os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

1.8.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

1.9 A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se em razão da natureza da demanda, caracterizada pela impossibilidade de definição precisa do quantitativo a ser efetivamente consumido ao longo do exercício, bem como pela necessidade de contratações sucessivas e conforme a necessidade da Administração. Nesse contexto, o modelo permite



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

maior aderência entre planejamento e execução, garantindo flexibilidade na gestão dos fornecimentos e adequada utilização dos recursos públicos, em conformidade com as hipóteses previstas na legislação municipal aplicável.

1.10 Assim, nos termos do art. 73, inciso I, §1º, do Decreto Municipal nº 3.884/2024, a contratação enquadra-se na hipótese legal de utilização do Sistema de Registro de Preços por envolver demanda flutuante, aquisições sucessivas e conforme consumo, e vantagem operacional e econômica ao Município.

1.11 A Contratante deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 NLLC).

1.12 A vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período inicial, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021. A prorrogação implicará, igualmente, a possibilidade de renovação do quantitativo total registrado, observados os limites e condições estabelecidos no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

1.13 O prazo para assinatura do contrato será de até 5(cinco) dias, a partir da convocação da empresa vencedora do certame.

1.14 Será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 3884/2024, tendo em vista que essa previsão contribui para ampliar o alcance e a utilidade do procedimento licitatório. A possibilidade de utilização da ata por outros órgãos aumenta o potencial de contratação global, fortalecendo o ganho de escala e estimulando maior competitividade entre os fornecedores, o que favorece a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração. Além disso, ao admitir adesões, o órgão gerenciador promove a racionalização dos esforços administrativos, uma vez que a ata passa a atender diversas unidades sem a necessidade de novos processos licitatórios para objetos idênticos, reduzindo custos operacionais e otimizando recursos. Tal medida também contribui para a padronização de bens e serviços, facilita o controle das futuras contratações e reforça a eficiência do planejamento público.

1.15 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os Órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal, que não participaram do procedimento de IRP, poderão aderir à ata de registro de preços, na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos: a) apresentação da justificativa da vantagem da adesão; b) demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art.23 da Lei nº 14.133/2021; c) consulta e aceitação prévia do órgão gerenciador e do fornecedor.

**Das Obrigações do Órgão Gerenciador:**

1.16 Garantir a adequada gestão da ata de registro de preços, monitorando sua validade e aplicabilidade;

1.17 Manter a ata de registro de preços disponível para consulta, garantindo a transparência e o acesso à informação;

1.18 Assegurar que os fornecedores sejam informados sobre a convocação para a formalização dos contratos, respeitando os prazos estabelecidos;

1.19 Realizar a revisão dos preços registrados quando necessário, seguindo os dispositivos legais.

**Da Possibilidade de Adesão por Órgãos ou Entidades não participantes:**

1.20 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os Órgãos e as entidades da Administração Pública, que não participaram do procedimento de IRP, poderão aderir à ata de registro de preços, na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos: a) apresentação da justificativa da vantagem da adesão; b) demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art.23 da Lei nº 14.133/2021; c) consulta e aceitação prévia do órgão gerenciador e do fornecedor.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

1.21 Justifica-se, portanto, a permissão de adesão por outros órgãos ou entidades pelos seguintes fundamentos técnicos: a) Economia de escala e racionalização administrativa: A possibilidade de adesão por órgãos não participantes amplia a escala da contratação, permitindo a obtenção de preços mais vantajosos e evitando a repetição de processos licitatórios semelhantes, o que contribui para a economicidade e eficiência da Administração Pública; b) Padronização do objeto: O objeto licitado apresenta especificações técnicas suficientemente padronizadas, o que permite o seu aproveitamento por outras unidades administrativas, sem prejuízo à qualidade ou à adequação do bem/serviço às necessidades institucionais; c) Interesse público envolvido: A ampliação da possibilidade de utilização da ata atende ao interesse público, ao permitir que outros órgãos públicos se beneficiem da licitação já realizada, especialmente aqueles que enfrentam limitações operacionais ou orçamentárias para realizar seu próprio certame.

1.22 Diante do exposto, a autorização para adesão à ata por outros órgãos ou entidades encontra amparo legal e técnico, devendo ser mantida nos termos propostos, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e no próprio instrumento da ata

1.23 O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

1.24 Certifica-se que o instrumento convocatório e a minuta contratual adotam os modelos padronizados disponibilizados pela Procuradoria Geral do Município, não havendo alterações substanciais, ressalvadas as adequações específicas ao objeto da presente contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A SEMEDE é responsável pela gestão de 51 unidades de atendimento com acolhimento de aproximadamente 23.000 (vinte e três) mil alunos. Essas unidades demandam de forma recorrente e variável, insumos de papelaria, como canetas, cadernos, colas, papéis e demais itens que integram o cotidiano escolar e administrativo. A ausência desses materiais compromete diretamente o planejamento pedagógico, o funcionamento das rotinas administrativas e a efetividade da política pública educacional.

2.2 A utilização desses itens é essencial para o desenvolvimento das atividades pedagógicas realizadas nas Unidades Escolares entre docentes e discentes, proporcionando maior aproveitamento.

2.3 Todas as atividades propostas têm em seu escopo, objetivos bem delineados, quer sejam livres ou direcionadas, nas diferentes disciplinas que se complementam e transitam na prática pedagógica das turmas.

2.4 A presente aquisição visa também atender a um interesse público secundário, que está relacionado ao desenvolvimento das atividades administrativas tanto nas Unidades Escolares como na Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.

2.5 Considerando tratar-se de itens de baixa durabilidade, a reposição torna-se necessária para assegurar a manutenção adequada do estoque e o pleno funcionamento das atividades educacionais no âmbito do Município.

2.6 A contratação busca garantir a continuidade e a qualidade das atividades escolares e administrativas, promovendo economicidade, eficiência e transparência nas aquisições públicas. A utilização do SRP possibilita aquisições conforme a demanda real, de forma parcelada e sob demanda, evitando desperdícios e permitindo planejamento logístico e adequado ao calendário letivo e à gestão do almoxarifado.

2.7 O objeto desta contratação encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual – PCA, em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021, cujos dados de identificação no PNCP serão devidamente registrados quando da formalização e publicação da contratação, incluindo, quando aplicável, o ID do PCA, data de publicação, identificação do item e demais informações correlatas.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1 A solução proposta consiste no fornecimento de materiais de papelaria, de uso comum e padronizado, a serem entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, na Divisão de Suprimentos da SEMEDE. Todos os itens deverão ser novos, de primeira linha, compatíveis com o uso intenso em ambiente escolar.

3.1.1 A definição das especificações técnicas do objeto observou o princípio da padronização, buscando compatibilidade com os materiais usualmente utilizados pela Administração, de modo a garantir uniformidade, eficiência operacional e facilitação dos processos de aquisição, armazenamento e distribuição. Registra-se que, até a presente data, não há catálogo eletrônico de padronização disponibilizado que contemple integralmente os itens objeto desta contratação ou que atenda de forma satisfatória às especificidades da demanda, razão pela qual as especificações foram definidas com base em critérios técnicos usuais de mercado, em conformidade com as necessidades da Administração.

3.2 O ciclo de vida da contratação abrange desde a aquisição dos insumos, transporte, entrega, conferência, armazenamento, distribuição até o consumo final pelas unidades escolares. Será exigida mínima garantia de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação, além da substituição em 10 dias úteis de itens não conformes, às expensas da contratada.

3.3 A contratada será responsável por todas as etapas logísticas e operacionais, sem qualquer ônus adicional para a Administração, incluindo o transporte, a substituição de itens e a preservação da integridade dos produtos até a entrega final.

3.4 A solução mais viável para a contratação é a aquisição dos itens por meio de fornecedores habilitados mediante Processo Licitatório por Pregão Eletrônico para Ata de Registro de Preço, por se tratarem de itens comuns e consumo quase imediato. O sistema de julgamento será o menor preço por item.

3.5 A opção adotada será o sistema de registro de preços, e se faz necessária, pois apesar desta pasta saber o destino dos produtos, não sendo possível estimar com exatidão o consumo ao longo do exercício, razão pela qual as aquisições ocorrerão conforme a demanda efetiva da Administração.

3.6 A validade do registro de preços mediante formalização da ata terá validade de 12 meses, a contar da assinatura e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado a vantajosidade, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.7 A análise de riscos, considerando fatores que possam afetar a execução do contrato, como possíveis interrupções no fornecimento, qualidade insatisfatória dos produtos, entre outros, encontram-se pormenorizado em tópico específico do mapa de riscos, apêndice deste Termo de Referência, entretanto, o estudo concluiu que em regra os riscos são de baixa probabilidade.

3.8 Após a sessão pública, será verificada a compatibilidade dos itens por meio de catálogo, sendo formalizada a habilitação da empresa.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

4.2 Os fornecedores deverão comprovar atuação em ramo de atividade compatível com o objeto licitado. Todos os materiais deverão ser fornecidos novos, com garantia de qualidade, segurança e conformidade técnica.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

4.3 A entrega deverá ocorrer de acordo com a Ordem de Fornecimento que será emitida conforme a necessidade da Administração, sob demanda desta, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, na Divisão de suprimentos localizada na Rua Niterói, nº 130 – Jardim Mariléa – Rio das Ostras, no horário de 8h às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

4.4 O recebimento será feito por servidores designados, que procederão à conferência e fiscalização do material entregue.

4.4.1 As partes deverão observar, no que couber, as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), comprometendo-se a adotar as medidas necessárias para a proteção de dados pessoais eventualmente envolvidos na execução contratual, garantindo sua confidencialidade, integridade e uso restrito às finalidades da contratação.

#### **Sustentabilidade**

4.5 recomenda-se que as proponentes observem e cumpram a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas.

#### **Catálogo para aferição de conformidade**

4.6 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogo, que terá data, local e horário de sua realização divulgada por mensagem no sistema.

4.7 Para fins de avaliação da conformidade dos produtos ofertados, a licitante classificada provisoriamente deverá apresentar catálogo técnico, ficha técnica do fabricante dos materiais de papelaria propostos, em língua portuguesa ou acompanhados de tradução livre, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da solicitação, contendo, no mínimo, imagem do produto, especificações técnicas detalhadas (dimensões, composição, cor, marca, modelo, etc.) e nome e logomarca do fabricante.

4.7.1 Fica dispensada a apresentação de catálogo ou ficha técnica quando os produtos ofertados forem de marcas reconhecidamente consolidadas no mercado nacional, cuja qualidade e especificações sejam de conhecimento notório, tais como Faber-Castell, BIC, Compactor, Pilot, Tilibra, Acrilex, Chamex, Report, Maped, Mercur, Staedtler, DAC, Dello, hipótese em que a verificação da conformidade poderá ser realizada com base nas informações públicas disponibilizadas pelos respectivos fabricantes.

4.7.2 A dispensa prevista no subitem anterior não impede que o(a) Pregoeiro(a) venha a solicitar catálogo, ficha técnica ou documento equivalente, caso entenda necessário para fins de diligência e adequada verificação da conformidade do produto ofertado. Devendo conter minimamente:

- ✓ imagem do produto;
- ✓ especificações técnicas detalhadas (dimensões, composição, cor, marca, modelo, etc.);
- ✓ nome e logomarca do fabricante.

4.8 O(s) catálogo(s) poderá(ão) ser entregue(s) presencialmente, no setor responsável na Divisão de Suprimentos da SEMEDE, na Rua Niterói, nº 130 – Jardim Mariléa – Rio das Ostras, no horário de 8h às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, mediante protocolo de recebimento **ou por meio eletrônico, em formato PDF, encaminhado ao e-mail institucional: [compras@edu.pmro.rj.gov.br](mailto:compras@edu.pmro.rj.gov.br).**

4.9 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.10 A ausência do catálogo, quando exigido nos termos desta cláusula, ou sua apresentação em desconformidade com as exigências estabelecidas poderá ensejar a desclassificação da proposta.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Subcontratação:**

4.11 Será admitida a subcontratação de atividades acessórias à execução do objeto, tais como transporte e logística de entrega, desde que não haja transferência do objeto principal contratado, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela qualidade, integridade, padronização e conformidade dos materiais fornecidos, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

4.11.1 A subcontratação não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais, nem implica qualquer vínculo jurídico entre a Administração e a empresa subcontratada, cabendo à contratada assegurar que as atividades acessórias sejam executadas em conformidade com as exigências deste Termo de Referência.

4.11.2 A vedação à subcontratação permanece aplicável às atividades essenciais do objeto, de modo a garantir o controle direto, a rastreabilidade e a padronização dos materiais fornecidos às unidades escolares, evitando riscos de inconsistência, divergência de marcas e comprometimento da qualidade dos insumos.

**Consórcio:**

4.12 Não será admitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio, ainda que legalmente constituído, em razão da natureza do objeto licitado e da necessidade de responsabilização direta e exclusiva da empresa contratada. A vedação fundamenta-se na exigência de padronização técnica, controle de qualidade homogêneo, rastreabilidade operacional e logística unificada, características que são incompatíveis com a divisão de obrigações e competências típicas de consórcios empresariais. A contratação envolve fornecimento com entregas parceladas, exigência de substituição imediata de itens e garantia técnica mínima, o que requer atuação operacional centralizada e estrutura logística própria. Além disso, observa-se que o mercado fornecedor de materiais de papelaria é consolidado, diversificado e competitivo, sendo plenamente possível a participação individual de empresas com capacidade técnica e econômico-financeira para execução integral do objeto.

**ME, EPP e Cooperativa:**

4.13 Será assegurado o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006, especialmente no que se refere à exclusividade de participação em itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), à possibilidade de empate ficto e à regularização fiscal posterior, desde que observados os requisitos legais.

4.14 Entretanto, fica vedada a participação de **cooperativas**, mesmo que enquadradas como MEs ou EPPs, tendo em vista a **natureza da contratação**, que demanda atuação direta, individualizada, padronizada e com responsabilização objetiva e exclusiva por parte do fornecedor. A divisão de tarefas ou responsabilidades entre cooperados comprometeria o controle de qualidade, a rastreabilidade dos produtos, a eficiência logística e a integridade da execução contratual, o que justifica a limitação imposta.

4.15 Essa vedação encontra amparo no disposto no **art. 34, §3º da Lei nº 14.133/2021**, bem como na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que admite restrições à participação de cooperativas quando tecnicamente justificadas, sobretudo em contratações cuja execução pressuponha padronização, controle logístico centralizado e atuação operacional uniforme. Portanto, sem prejuízo à ampla competitividade, admite-se a exclusão das cooperativas neste certame, em nome da eficiência, economicidade e garantia da adequada execução contratual.

**Garantia contratual:**

4.16. Garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

4.16.1 A exigência de garantia de execução poderá ser dispensada nos casos em que a contratação decorrente da Ata de Registro de Preços resultar em instrumento contratual de valor igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), especialmente quando se tratar de fornecimento de entrega única, com vistas à desburocratização do procedimento e ao incentivo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, observados os princípios da proporcionalidade e da eficiência administrativa.

4.17 A futura contratada se obriga a apresentar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

4.18 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.19 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.20 A futura contratada poderá substituir a apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

4.21 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração em relação à garantia da contratação.

4.22 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

4.23 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo acima, observada a legislação que rege a matéria.

4.24 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser indicada pelo Município, com correção monetária.

4.25 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.26 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.27 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.28 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

- 4.29 A futura Contratada executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.30 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 4.31 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.32 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.33 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.34 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.35 A futura Contratada autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 4.36 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.
- 4.37 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **5. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 5.1. Os Contratados, licitantes e/ou adjudicatários ficarão sujeitos às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, disponível no site do Município, e demais cominações legais aplicáveis, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório.
- 5.2. Caso seja constatada a baixa qualidade do material fornecido, seja na entrega, seja durante o uso, além da obrigação de substituição no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação, ficará o fornecedor sujeito a multa de 50% do valor relativo ao item contratado, sem prejuízo de outras penalidades previstas na Lei e regulamentos municipais.

## **6. DO REAJUSTE CONTRATUAL**

- 6.1. Considerando o disposto no art. 25, § 8º, da Lei n.º 14133/2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento estimado, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei.
- 6.2. Os preços inicialmente são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento estimado definitivo.
- 6.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

6.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5.1. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.5.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.

6.5.4. O reajuste será realizado por apostilamento, ou por aditivo.

6.5.5. O reajuste a que a futura contratada fazer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega:**

7.1 As entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, no âmbito dos contratos firmados a partir da Ata de Registro de Preços, não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos registrados.

7.2 Após a formalização do contrato e a emissão da respectiva nota de empenho, o fornecimento será solicitado mediante emissão de ordens de fornecimento, podendo ocorrer de forma fracionada, inclusive, ao longo da execução contratual.

7.3 O prazo de entrega deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos a partir da ordem de fornecimento, devendo ser compatível com a natureza do objeto e com a logística necessária ao seu atendimento.

7.4 Caso não seja possível o cumprimento do prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar previamente à Administração, apresentando justificativa fundamentada, para análise quanto à eventual prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito e força maior.

7.5 Os bens deverão ser entregues no endereço indicado pela Administração, conforme especificado na ordem de fornecimento.

7.6 Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições, observadas as especificações deste Termo de Referência e as normas aplicáveis.

7.7 O prazo de entrega poderá ser alterado, quando solicitado pelo contratante, desde que não excedido o prazo limite de 10 (dez) dias corridos para o respectivo fornecimento e condicionada à ocorrência de motivo justificado, registrado e devidamente comprovado, e ainda, que contemple tempo hábil até a finalização do contrato.

7.8 O recebimento será efetuado pelo servidor responsável, designado pela Secretaria de Educação, Esporte e Lazer após a confirmação da verificação da quantidade/qualidade/adequação do objeto;

7.9 Os produtos serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, mediante conferência visual e quantitativa pela equipe responsável, com o objetivo de identificar eventuais danos aparentes, como embalagens violadas, avarias perceptíveis ou itens em desacordo com as especificações contratuais.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

7.10 Caso sejam constatadas irregularidades visíveis de imediato, os itens não serão aceitos e serão devolvidos ao fornecedor para substituição no prazo máximo de **10 dias úteis**, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

7.11 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação detalhada dos produtos, que poderá incluir testes, conferência de validade, conformidade com normativas vigentes e outras especificações técnicas.

7.12 Caso sejam identificadas não conformidades após o recebimento provisório, mesmo que não perceptíveis no ato da entrega, a contratada será notificada e deverá substituir os produtos ou corrigir as falhas no prazo máximo de **10 dias úteis**, sem custos adicionais para a contratante.

7.13 A aceitação definitiva dos itens será formalizada por meio de um **Termo de Recebimento Definitivo**, emitido após a verificação integral do cumprimento das condições estabelecidas no contrato.

7.14 No ato de entrega dos itens, a contratada deverá observar as seguintes condições operacionais:

- ✓ Os entregadores deverão aguardar a conferência da Nota Fiscal em relação a verificação da quantidade/qualidade/adequação do objeto a ser entregue;
- ✓ Após a confirmação do objeto o romaneio de carga/entrega do fornecedor deverá ser assinado e datado, pelo servidor responsável, atestando o recebimento.
- ✓ O romaneio de carga/entrega do fornecedor e a nota fiscal correspondente ao fornecimento efetuado deverá ser entregue à equipe de fiscalização ou ao servidor designado por ele;
- ✓ O transporte deverá ser realizado em veículo apropriado nos termos da legislação vigente;
- ✓ Os fornecedores devem entregar as mercadorias com carrinho próprio (para fazer o transporte do veículo, da rua até o setor).

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

7.15. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

#### **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.1 Observou-se, ao longo da fase interna da contratação, o princípio da segregação de funções, com a atuação de agentes públicos distintos nas etapas de planejamento, instrução processual, elaboração dos documentos técnicos, condução do certame e gestão contratual, de modo a assegurar maior controle, transparência e mitigação de riscos na contratação.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Fiscalização**

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica (Art. 17, II, c/c Art. 42 do Decreto nº 3.884./24)**

8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

8.7.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

**Fiscalização Administrativa (Art. 17, III, c/c Art. 43 do Decreto nº 3.884/24)**

8.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

8.9.1 prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

8.9.2 Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários a esta constatação, com especial atenção para a regularidade trabalhista e previdenciária nos casos de obras e serviços com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;

8.9.3 examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

8.9.4 atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.9.5 participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, sob coordenação do gestor do contrato;

8.9.6 auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

8.9.7 realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9.8 receber e conferir a nota fiscal emitida pela contratada, atestando a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratada, para fins de pagamento das faturas correspondentes;

8.9.9 Nos casos de requerimento de revisão contratual, exigir a comprovação dos custos suportados pelo contratado através de notas fiscais, realizando análise crítica da compatibilidade dos preços com a realidade de mercado constatada junto a outras fontes;

8.9.10 Receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o gestor do contrato que, após conferência, remeterá a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

8.9.11 Verificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte da contratada, inclusive no que se refere à utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e empregados da contratada, e, na hipótese de descumprimento, comunicar ao gestor para impulsionar o procedimento tendente à notificação da contratada para o cumprimento das normas trabalhistas e instauração de processo administrativo para aplicação de sanção administrativa;

8.9.12 Certificar-se do correto cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias decorrentes do contrato e, caso necessário, buscar auxílio junto os setores de contabilidade da Administração para a verificação dos cálculos apresentados, observando o disposto no art. 46 do Decreto 3.884/24;

**Gestor do Contrato (Art. 41 do Decreto 3.884/24)**

8.10 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.11 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

8.12 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.13 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.14 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.15 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.16 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.17 A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela unidade gestora, que terão poderes para conferir a entrega dos materiais, atestar a conformidade dos produtos, elaborar relatórios de acompanhamento e comunicar à Administração quaisquer irregularidades. Serão eles:

- 1) Vivaldo Dionísio de Souza Filho, matrícula nº 4243-9;
- 2) Renata Reis Torrentes de Araújo, matrícula nº 8717-3;
- 3) Paola Silva Crispino, matrícula nº 20021-2;
- 4) Marcelo Negrão Santiago, matrícula nº 3325-1.

## **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

9.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30(trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

9.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

9.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.9.1. o prazo de validade;
- 9.9.2. a data da emissão;
- 9.9.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 9.9.5. o valor a pagar;
- 9.9.6. o número da Nota de Empenho;
- 9.9.7. o número da ORFOR;
- 9.9.8 a Descrição dos bens; e
- 9.9.9. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- 9.9.10. número do lote, quando couber.

9.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

9.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

9.17 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, para os contratos em geral.

9.18 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

9.19 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.22 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, para Ata de Registro de preço, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, na modalidade de disputa aberto e fechado.

**Forma de fornecimento**

10.2 A contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será formalizada por meio de instrumento contratual, conforme a necessidade da Administração.

10.3 O fornecimento do objeto ocorrerá de forma parcelada, no âmbito dos contratos celebrados, conforme a demanda da Administração.

10.4 A execução contratual se dará mediante emissão de ordens de fornecimento, após a formalização do contrato e emissão da respectiva nota de empenho, podendo as solicitações ocorrer de forma fracionada ao longo da vigência contratual.

10.5 Tal sistemática visa assegurar maior flexibilidade na execução contratual, permitindo a adequação entre consumo e aquisição, evitando formação de estoques desnecessários e reduzindo riscos de desabastecimento.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

10.6 A presente contratação observa condições semelhantes às praticadas pelo setor privado, especialmente no que se refere à forma de fornecimento sob demanda, aos prazos de entrega, aos procedimentos de recebimento provisório e definitivo, aos critérios de seleção do fornecedor e às condições de pagamento, ressalvadas as prerrogativas legais da Administração Pública.

**Habilitação jurídica**

10.7 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.8 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.9 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.10 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.11 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.12 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

10.13 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.14 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.15 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.16 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

10.17 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física;

10.18 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.19 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

10.20 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.21 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.22 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.23 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.24 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.25 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.26 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira.**

10.27 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

10.28 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.29 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

10.29.1 A boa situação financeira da empresa será demonstrada pelo licitante através da aplicação dos índices econômicos financeiros, a serem extraídos do balanço patrimonial indicado acima, calculado com duas casas decimais de acordo com a fórmula abaixo, observando-se o resultado obtido da aplicação dos índices econômicos financeiros.

- ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE .....  $ILC = AC/PC \geq 1,00$
- ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL .....  $ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) \geq 1,00$
- ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL.....  $IEG = (PC+ELP) / AT < 1,00$

Onde:

AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

AT = ATIVO TOTAL (COLOCAR O SIMBOLO CORRETO)





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

10.29.2 Os licitantes que apresentarem resultado inferior a 1 (um) nos índices de Liquidez Corrente (LC) e Liquidez Geral (LG) ou resultado maior ou igual a 1 (um) no Índice de Endividamento Geral (IEG), deverão comprovar, considerados os riscos da Administração, o patrimônio líquido mínimo, 2,5% (dois e meio por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

10.29.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.29.4 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.29.5 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.30 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (art. 65, §1º, Lei nº 14.133, de 2021).

10.31 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.075.199,61 (UM MILHÃO E SETENTA E CINCO MIL CENTO E NOVENTA E NOVE REAIS, SESSENTA E UM CENTAVOS) conforme custos unitários apostos na tabela do item e justificados com base na pesquisa de mercado anexa a este Termo de Referência.

11.1.1 Os preços estimados foram obtidos a partir de pesquisa de mercado realizada por meio de banco de preços públicos, consultas a fornecedores e pesquisa em sítios eletrônicos especializados. A estimativa dos valores referenciais observou metodologia compatível com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando a média dos preços válidos coletados, com desconsideração de valores inexequíveis ou manifestamente discrepantes, conforme memória de cálculo constante dos autos do processo administrativo. Os documentos que compõem a formação do orçamento estimado não possuem caráter sigiloso, estando aptos à divulgação, em observância aos princípios da transparência e da publicidade.

11.2 Sendo a licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 42 do Decreto nº 43.759/2023):

11.3 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

12.2 A contratação será atendida por dotação informada futuramente, conforme Art. 95 do Decreto Municipal nº 3884/2024 §4º, a saber:



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

§ 4º Em se tratando de licitação para registro de preços, não é necessária a realização de prévia reserva orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

**13. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

- ✓ Anexo I Mapa de Risco
- ✓ Memória de Cálculo

**14. DÚVIDAS E/OU MAIORES INFORMAÇÕES**

14.1 Em caso de dúvidas com relação a contratação, disponibilizamos os seguintes contatos:

SECRETARIA	TELEFONE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER SEMEDE	(22) 2771-6111 / (22) 2771-8441

Rio das Ostras, 15 de abril de 2026.

Pâmella Rios  
Mat 17457-2







**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

Órgão/Entidade: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Rio das Ostras

Solução a ser contratada: Aquisição de materiais de papelaria para atendimento às demandas administrativas e educacionais das unidades escolares e setores internos da SEMEDE.

**1. INTRODUÇÃO:**

O Mapa de Riscos é uma ferramenta de gestão que visa identificar, avaliar e propor medidas de mitigação para os riscos associados à contratação pública, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021.

A presente contratação busca garantir o fornecimento contínuo de materiais de papelaria essenciais às atividades pedagógicas, administrativas e operacionais da rede municipal de ensino. Tais materiais são de uso recorrente, não possuem natureza de bens de luxo e são indispensáveis ao funcionamento regular das unidades escolares, ao suporte das rotinas administrativas e ao desenvolvimento das atividades educacionais.

**2. TABELA – IDENTIFICAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS**

Nº	Fase da Contratação	Tipo de Risco	Identificação do Risco	Prob.	Imp.	Nível	Medidas de Mitigação	Plano de Contingência	Responsável
1	Planejamento	Técnico/Operacional	Especificações incompletas (gramatura, cor, tipo de papel, formato) que levem à entrega inadequada	3	4	12	Revisão do TR com área usuária; padronização com base em catálogos; pesquisa de mercado qualificada	Revisão e retificação do TR antes da publicação	Setor Demandante e Equipe Técnica
2	Planejamento	Operacional	Subdimensionamento ou superdimensionamento das quantidades	3	3	9	Consulta ao histórico de consumo; integração com almoxarifado; planejamento por demanda	Ajustar dotação ou realocar itens com base no consumo real	Setor Demandante e Almoxarifado



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

Nº	Fase da Contratação	Tipo de Risco	Identificação do Risco	Prob.	Imp.	Nível	Medidas de Mitigação	Plano de Contingência	Responsável
3	Planejamento	Econômico	Estimativas de preços inconsistentes, gerando orçamento inadequado	2	4	8	Pesquisas com múltiplas fontes (Painel de Preços, atas, fornecedores); registro metodológico	Reaplicar pesquisa; ajustar planejamento	Comissão de Planejamento
4	Seleção	Jurídico	Impugnações ao edital por cláusulas restritivas ou falhas formais	2	4	8	Revisão jurídica prévia; observar a Lei 14.133; eliminar exigências indevidas	Suspender edital; corrigir itens questionados	Assessoria Jurídica e Pregoeiro(a)
5	Seleção	Técnico	Propostas com itens divergentes das especificações mínimas	4	3	12	Exigência de catálogos, fichas técnicas e amostras quando pertinente	Desclassificar proposta; convocar a seguinte	Equipe de Apoio e Pregoeiro(a)
6	Seleção	Operacional	Ofertar marcas sem similaridade comprovada ou de baixa qualidade	3	3	9	Exigir comprovação de conformidade mínima e marca de referência no edital (sem restrição injustificada)	Solicitar substituição da marca ofertada	Equipe Técnica e Pregoeiro(a)
7	Execução	Logístico	Atraso na entrega dos materiais, causando desabastecimento das escolas	4	4	16	Estabelecimento de cronograma de entrega; fiscalização ativa; cláusulas de penalidades	Aplicar sanções; convocar fornecedor remanescente; compra emergencial	Fiscal do Contrato e Almoxarifado
8	Execução	Qualidade	Recebimento de produtos danificados, de baixa qualidade ou fora do padrão contratado	4	4	16	Conferência detalhada no recebimento; termo de recebimento provisório; exigência de substituição	Recusar materiais; exigir reposição sem ônus	Almoxarifado e Fiscal do Contrato
9	Execução	Financeiro	Notas fiscais com divergências ou inconsistências	3	3	9	Conferência rigorosa com pedido; integração com setor financeiro	Devolver NF e solicitar correção	Fiscal Financeiro





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

Nº	Fase da Contratação	Tipo de Risco	Identificação do Risco	Prob.	Imp.	Nível	Medidas de Mitigação	Plano de Contingência	Responsável
10	Execução	Operacional	Entrega parcial não autorizada, prejudicando o abastecimento contínuo	3	3	9	Definir regras claras no contrato; acompanhamento sistemático das entregas	Notificar; exigir regularização; aplicar penalidades	Fiscal do Contrato

### 3. DEFINIÇÕES DAS ESCALAS

Escala de Probabilidade (1 a 5):

Raro | 2. Pouco provável | 3. Provável | 4. Muito provável | 5. Praticamente certo

Escala de Impacto (1 a 5):

Muito Baixo | 2. Baixo | 3. Médio | 4. Alto | 5. Muito Alto

Nível de Risco (Probabilidade x Impacto):

Varia de 1 (mínimo) a 25 (máximo). Riscos acima de 15 devem ter monitoramento rigoroso e medidas preventivas prioritárias.

### 4. RESUMO

A elaboração deste Mapa de Riscos reforça a governança da contratação de materiais de papelaria, permitindo prever e mitigar situações que possam comprometer a continuidade do fornecimento e a eficiência das atividades escolares e administrativas. Os principais riscos identificados concentram-se nas fases de planejamento (especificações técnicas), seleção (propostas inadequadas) e execução contratual (atrasos na entrega e problemas de qualidade).

### 5. APROVAÇÃO

Rio das Ostras, 15 de abril de 2026

Vivaldo Dionísio de Souza Filho

Agente Administrativo

Matr.: 4243-9



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA  
MEMÓRIA DE CÁLCULO

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DE PAPELARIA - GERAL - AQUISIÇÃO 2026

ITEM	PRODUTOS	UNIDADE	CRECHES	PRÉ ESCOLA	FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	FUNDAMENTAL ANOS FINAIS	EJA MODULO I	EJA MODULO II	SEMEDE	ESPORTE E LAZER	TOTAL
1	E.V.A. (EMBORRACHADO) 40 X 48 CM	UN	2.614	2.990	9.083	7.309	125	401			22.522
2	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	UN		1.416	3.102	3.492	54	378			8.442
3	BANDEJA PARA CORRESPONDÊNCIA TRIPLA ACRÍCO	UN	64	57	88	38	12	12	252	17	540
4	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA GROSSA METÁLICA PRETA	UN	462	472	1.034	15.782	18	928	5.260	96	24.052
5	CANETA HIDROCOR C/ 12 UNIDADES (ESTOJO)	UN		5.980	18.166	14.618	250	802			39.816
6	CANETA HIDROCOR, TONS DE PELE, C/ 12 UNIDADES (ESTOJO)	UN		2.325	5.295	3.630	180	270			11.700
7	CARTOLINA LISA (AMARELA/AZUL/BRANCA/ROSA)	UN	10.456	5.980	18.166	14.618	250	802			50.272
8	CLÍPS 6/0	UN	1.089	568	866	387	119	120	660	210	4.019
9	COLA DE ISOPOR /E.V. A. 90 G	UN	968	914	1.390	622	192	191			4.277
10	CORRETIVO LÍQUIDO	UN	85	230	116	50	16	16	198	70	781
11	FITA DUPLA FACE	UN	437	380	579	257	80	80		175	1.988
12	FITILHO (AZUL, BRANCO, DOURADO, PRATEADO, VERDE, VER-MELHO)	UN	437	380	579	257	80	80		175	1.988



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

13	GIZ DE CERA, TONS DE PELE, C/ 12 UNIDADES (ESTOJO)	UN		2.325	5.295	3.630	180	270			<b>11.700</b>
14	GIZÃO DE CERA	UN		2.990	9.083		125				<b>12.198</b>
15	GLITTER ESCOLAR 3,0 G (6 CORES	UN		188	289		40				<b>517</b>
16	LÁPIS DE COR (CAIXA C/ 12 UNIDADES)	UN		5.980	18.166	14.618	250	802			<b>39.816</b>
17	LÁPIS DE COR, TONS DE PELE, C/ 12 UNIDADES (ESTOJO)	UN		2.325	5.295	3.630	180	270			<b>11.700</b>
18	LIVRO DE ATAS C/100 FLS	UN	131	111	171	73	23	23	252	18	<b>802</b>
19	PAPEL A3	RM	52	60					280		<b>392</b>
20	PASTA CATÁLOGO, C/ 50 FL	UN	462	472	1.034	1.164	18	126	304	32	<b>3.612</b>
21	PINCEL ATÔMICO PILOT COLOR PRETO	UN	85	74	116	50	16	16	756	24	<b>1.137</b>
22	PINCEL ATÔMICO PILOT COLOR VERMELHO	UN	85	74	116	50	16	16	756	24	<b>1.137</b>
23	PINCEL TIPO BROCHA Nº 6	UN	1.177	2.990							<b>4.167</b>
24	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE	UN	110	948	289	129	40	39		60	<b>1.615</b>
25	TECIDO TNT (ROLO COM 50 M)	UN	84	74	114	50	16	16			<b>354</b>
26	TESOURA 21 CM	UN	134	111	171	73	23	23	252	36	<b>823</b>
27	TESOURA ESCOLAR 13CM	UN	1.177	2.990	9.083	7.309	125	401			<b>21.085</b>
28	TINTA GUACHE 12 CORES 15 ML	UN		2.990							<b>2.990</b>
29	TINTA PRETA PARA CARIMBO FRASCO 40ML	UN	85	74	493	50	16	16	504	24	<b>1.262</b>
30	ENVELOPE BRANCO 6\9 POLEGADAS	UN							4.000	1.400	<b>5.400</b>





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/2026**

Compromisso celebrado aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e cinco, na Rua Campo de Albacora, nº 75 - Loteamento Atlântica - Rio das Ostras/RJ, de um lado, o MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ nº 39.223.581/0001-66 doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretária Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, **Sra. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXX e inscrita no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliada no município de Rio das Ostras/RJ, e de outro lado, a(s) empresa(s) abaixo, a seguir denominado COMPROMITENTE(S), assinam o presente instrumento, em conformidade com o resultado do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90027/2026, oriundo do Processo Administrativo nº 51514/2025** devidamente homologado no aludido processo, REGISTRANDO OS PREÇOS para eventual contratação de empresa para **aquisição de materiais de papelaria** a serem utilizados pelas unidades de atendimento vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, essenciais para a execução das atividades administrativas e pedagógicas da rede municipal de ensino, em conformidade com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**EMPRESA(S)**

....., com sede na ....., em ....., CEP ....., inscrita no CNPJ n.º....., neste ato representada por seu ....., Sr. ...., portador da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º .....

**CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTACAO LEGAL**

O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, constante no **Processo Administrativo nº 51514/2025**, regendo-se o mesmo pela Lei Federal nº 14133/2021 e alterações supervenientes, Lei Complementar nº 123/2006 com alterações inseridas pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei nº 11488/2007, art. 34, e, de forma suplementar pelos Decretos Municipais nºs 3884/2024 e 4039/2024, que regulamentou o Sistema de Registro de Preços, e demais normas pertinentes assim como pelas condições estabelecidas no Edital de **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90027/2026**, pelos termos da proposta constante do Anexo IV - Proposta de Preços e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente compromisso tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição dos materiais especificados na Proposta de Preços (Anexo IV), que faz parte integrante deste instrumento, a ser fornecido quando deles o MUNICÍPIO tiver necessidade, conforme preços e quantidades seguintes:

**a) ORGAO GERENCIADOR E PARTICIPANTE**

**a.1) ORGAO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE**

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quant Máxima	Quant Mínima	Valor Unit.	Prazo garantia ou validade

**a.2) ORGAO PARTICIPANTE: Não houve participantes procedimento público de Intenção de Registro de Preços IRP nº 982921-00008/2026**





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Ficam registrados os preços unitários propostos pelos fornecedores para o item consolidando o quantitativo total.

**Parágrafo Único**

Nos preços registrados e descritos já estão inclusas todas as despesas direta e indiretamente relacionadas ao seu correto fornecimento, inclusive impostos, tributos, transportes, fretes, seguros, mão-de-obra, encargos, securitários e tributários ou outros decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do mesmo, não cabendo à Prefeitura quaisquer custos adicionais.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

**Parágrafo Primeiro**

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período inicial, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Segundo**

No caso da prorrogação da vigência da ata de registro de preços, os quantitativos previstos inicialmente serão renovados automaticamente na sua integralidade, mediante prévia justificativa formal, autorização expressa da autoridade competente e comprovação de vantajosidade econômica para a Administração.

**Parágrafo Terceiro**

O contrato decorrente de ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**Parágrafo Quarto**

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentário respectivos.

**Parágrafo Quinto**

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Sexto**

O instrumento contratual de que trata o item \_\_\_\_ deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**Parágrafo Sétimo**

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Cada fornecimento derivado desta Ata de Registro de Preços correrá por conta da respectiva verba indicada pela Secretaria Municipal de ..... para o exercício.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

O MUNICÍPIO, através da Secretaria Municipal, órgão participante, deste Registro de Preços não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima ou máxima dos materiais, ficando o seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

**Parágrafo Primeiro**

Os quantitativos dos materiais expressos na proposta detalhada referem-se à previsão anual de consumo, os quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes pelo MUNICÍPIO durante a vigência deste Registro de Preços.

**Parágrafo Segundo**

O COMPROMITENTE ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO**

A contratação do fornecedor registrado, COMPROMITENTE, será realizada de acordo com as Secretarias solicitantes, sendo formalizada por intermédio de instrumento contratual ou nota de empenho, cuja definição ocorrerá de acordo com o valor total a ser disponibilizado para sua aquisição.

**Parágrafo Primeiro**

A eventual compra dos materiais relacionados na Cláusula Terceira desta Ata será efetuada mediante solicitação da secretaria acima, à Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos, informando a descrição do objeto a ser adquirido, da quantidade, do prazo para o consumo e da respectiva dotação orçamentária, para a qual será providenciada a respectiva emissão do empenho de despesa.

**Parágrafo Segundo**

Para a contratação, a Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos verificará as condições de habilitação exigidas no Edital, no que couber, em cumprimento com o estabelecido no art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14133/2021, bem como se os preços registrados não se encontram superiores àqueles praticados no mercado.

**Parágrafo Terceiro**

Verificada a irregularidade do COMPROMITENTE, este, após formalmente comunicada, deverá no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sanar a impropriedade. Deixando de comparecer no prazo previsto ou não atender determinação, o COMPROMITENTE, ficará sujeita a aplicação das sanções administrativas.

**Parágrafo Quarto**

Na hipótese do preço registrado se tornar superior aquele praticado no mercado o COMPROMITENTE será convidado a reduzir o seu preço, a não aceitação ensejará no cancelamento do seu registro para o determinado material.

**Parágrafo Quinto**

Emitida a Nota de Empenho de despesa, a Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos convocará o COMPROMITENTE, que deverá no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, comparecer para assinar o Termo de Contrato ou receber a Nota de Empenho.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Sexto**

Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços se negar a receber a convocação para formalizar a contratação, o mesmo será enviado pelo correio, correspondência registrada, considerando-se como efetivamente recebido, na data do registro para todos os efeitos legais ou através da publicação no Órgão Oficial do Município e no Jornal de grande circulação, considerando-se como efetivamente a data da Edição. Deixando de comparecer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, ficará sujeita a aplicação das sanções administrativas ao faltoso.

**Parágrafo Sétimo**

O contratante fica obrigado a verificar a necessidade permanente de pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados (Art.162, VI, do Decreto Municipal nº 3884/2024).

**CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA DOS MATERIAIS**

As entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, no âmbito dos contratos firmados a partir da Ata de Registro de Preços, não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos registrados.

**Parágrafo Primeiro**

Após a formalização do contrato e a emissão da respectiva nota de empenho, o fornecimento será solicitado mediante emissão de ordens de fornecimento, podendo ocorrer de forma fracionada, inclusive, ao longo da execução contratual.

**Parágrafo Segundo**

O prazo para entrega deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos a partir da ordem de fornecimento, devendo ser compatível com a natureza do objeto e com a logística necessária ao seu atendimento.

Caso não seja possível o cumprimento do prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar previamente à Administração, apresentando justificativa fundamentada, para análise quanto à eventual prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito e força maior.

**Parágrafo Terceiro**

A entrega deverá ocorrer de acordo com a Ordem de Fornecimento que será emitida conforme a necessidade da Administração, sob demanda desta, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, na Divisão de Suprimentos, localizada na Rua Niterói, nº 130 – Jardim Mariléa – Rio das Ostras, no horário de 8h às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

**Parágrafo Quarto**

Os materiais serão recebidos pela COMISSÃO formada por membros das Secretarias Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE, na forma estabelecida abaixo:

- **Provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e proposta.
- **Definitivamente**, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Quinto**

O produto deverá obedecer ao Código de Defesa do Consumidor.

**Parágrafo Sexto**

No caso de vícios do produto, não sendo sanado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, caberá o positivado no Art. 18 § 1º, incisos I, II e III da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor bem como, caberá aplicação de multa nos termos do Decreto Municipal nº 4039/2024.

**Parágrafo Sétimo**

O objeto deverá ter garantia contra defeitos de fabricação, a contar da data de expedição do termo de recebimento definitivo e/ou carimbo de certificação/aceitação do objeto na fatura.

**Parágrafo Oitavo**

O objeto deverá ser compatível com as normas técnicas exigíveis.

**CLÁUSULA NONA – DA MANUTENÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELAS PARTES**

As partes se obrigam a cumprir todas as condições abaixo estipuladas:

**Parágrafo Primeiro**

Compete ao MUNICÍPIO, através da Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos:

- (a) administrar a presente Ata, acompanhando as prestações realizadas, o quantitativo solicitado e adquirido.
- (b) cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação exigidas na licitação.
- (c) acompanhar a perfeita execução do presente Registro de Preços
- (d) solicitar a Secretaria Municipal de Fazenda a emissão da nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente a aquisição dos materiais.
- (e) contratar com aquele que detém o Preço Registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo se contratar por outra forma.
- (f) tomar providências para a formalização dos aditamentos somente em casos permitidos na legislação de regência, considerando a impossibilidade de aumento de quantitativo da ARP.

**Parágrafo Segundo**

Compete ao MUNICÍPIO, através da Secretaria Municipal de .....:

- (a) requisitar, formalmente, o eventual fornecimento, definindo o prazo de consumo e o quantitativo dos materiais;
- (b) formar uma comissão para receber os materiais, provisoriamente e definitivamente, visando o controle da qualidade e quantidade,
- (c) cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação técnica exigida na licitação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas, como os prazos de fornecimento e de substituição dos materiais;
- (d) fiscalizar a perfeita execução do futuro contrato,
- (e) definir a dotação orçamentária

**Parágrafo Terceiro**

Compete ao COMPROMITENTE a ser contratado:





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

- (a) entregar os materiais no local indicado e nas condições estabelecidas no edital.
- (b) atender todos os pedidos durante o período de duração do Registro de Preços.
- (c) providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Secretaria Municipal de ..... - ....., referentes à forma e prazo de fornecimento dos materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata.
- (d) apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.
- (e) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

**CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**Parágrafo Primeiro**

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**Parágrafo Segundo**

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**Parágrafo Terceiro**

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**Parágrafo Quarto**

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados em razão da superveniente alteração da realidade do mercado, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Quinto**

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**Parágrafo Sexto**

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**Parágrafo Primeiro**

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Segundo**

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**Parágrafo Terceiro**

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**Parágrafo Quarto**

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**Parágrafo Quinto**

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Sexto**

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**Parágrafo Sétimo**

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**Parágrafo Oitavo**

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**Parágrafo Nono**

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

**Parágrafo Décimo**

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Décimo Segundo**

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, nas hipóteses previstas abaixo, respeitada, no que couber, o direito de justificativa e ampla defesa.

**Parágrafo Primeiro**

Pela Administração quando:

- (a) o COMPROMITENTE não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- (b) o COMPROMITENTE não formalizar o contrato, decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO;
- (c) ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- (d) se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado torna-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 171, § 8º, do Decreto nº 3884, de 2024
- (e) o COMPROMITENTE der causa à rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços ou contrato decorrente do Registro de Preços,
- (f) por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**Parágrafo Segundo**

Pelo COMPROMITENTE, mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução das obrigações, decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado estar impossibilitada de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, nesta ATA, bem como perdas e danos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

O COMPROMITENTE estará sujeito às penalidades previstas no item 12 do Edital, ficando sujeita, ainda, às demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 4039/2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E AO CONTRATO**

Fazem parte integrante e complementar desta Ata de Registro Nº XXX/2026, independentemente de sua transcrição, cláusulas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90027/2026 e seus anexos, na Proposta de Preços (Anexo IV) e do Termo de Contrato, que vier a ser assinado, constante do Processo Administrativo nº 51514/2025 porventura aqui omitidas.

**Parágrafo Primeiro**

Fica estabelecido que em caso de divergência, discrepâncias e interpretações entre o contido nesta Ata de Registro de Preços e no Edital prevalecerá sempre este último.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Segundo**

A eventual tolerância de qualquer infração às disposições desta Ata de Registro de Preços, do Edital, da legislação ou das normas aplicáveis, não figurará novação, renúncia ou perda de quaisquer direitos do MUNICÍPIO ou do COMPROMITENTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA VEDAÇÃO A ACRESCIMOS DE QUANTITATIVOS**

**Parágrafo Único**

E vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal, que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, conforme o disposto no art. 157, do Decreto 3884/2024.

**Parágrafo Primeiro**

As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório, registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

**Parágrafo Segundo**

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

- a) Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
- b) Os órgãos ou entidades poderão solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º, do art. 86, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CADASTRO DE RESERVA**

Não houve participantes do procedimento licitatório interessados no Cadastro de Reserva.

**OU**

De acordo com o disposto no item 11, do edital de licitação, e conforme registrado no **Anexo A** dessa Ata de Registro de Preços, também fica formalizado o **Cadastro de Reserva de Reserva de** \_\_\_\_ fornecedor(es)/prestador(es) de serviços interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, com preços iguais ao do licitante vencedor, havendo cancelamento de registro e seguindo a ordem de classificação final no certame, por **ITEM** pelo período remanescente da vigência originalmente prevista para o registro de preços.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Primeiro**

A formação de Cadastro de Reserva vincula o(s) particular(es) aos termos da proposta do titular em relação ao preço, obrigando-se a assumir a titularidade do registro em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ordem de classificação.

**Parágrafo Segundo**

A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no Cadastro de Reserva, da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação prevista no edital de licitação.

**Parágrafo Terceiro**

Havendo alteração da titularidade do registro com base no Cadastro de Reserva, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

**Parágrafo Quarto**

A convocação de licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, com a oportuna verificação das condições de habilitação previstas no edital de licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PAGAMENTO**

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

O COMPROMITENTE deve ter pleno conhecimento das disposições constantes desta Ata, bem como de todas as condições gerais, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo à do perfeito cumprimento do Termo de Ata.

**Parágrafo Primeiro**

O presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**Parágrafo Segundo**

Fica eleito o foro do Contrato o da Comarca do Município de Rio das Ostras para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em 04 vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio das Ostras, ..... de ..... de 2026.

**P/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER**

**P/ CONTRATADA**

**Testemunhas:**





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**ANEXO II A - CADASTRO DE RESERVA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

De acordo com disposto no subitem 11 do edital de licitação por **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90027/2026**, para o fornecimento/execução de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, ficam registrados os preços dos licitantes que aceitaram cotar os serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

Xª Classificada					
Empresa:					
Endereço:					
CNPJ:		E-mail:	Telefone:		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD TOTAL ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO R\$	SUBTOTAL R\$
01		Unidade			
TOTAL ESTIMADO					
02		Unidade			
TOTAL ESTIMADO					
03		Unidade			
TOTAL ESTIMADO					
04		Unidade			
TOTAL ESTIMADO					
PREÇO TOTAL REGISTRADO					



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS**

DESTINADOS A ME / EPP							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	356979	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO – para quadro branco, corpo em plástico de alta resistência, superfície interna em espuma, base feltro, medindo aproximadamente 50x145mm. Devendo conter código de barras.		Und.	8.442		
2	412450	Bandeja de Mesa/Correspondência Tripla em Acrílico (Horizontal) Geralmente articulada, ideal para organizar papéis e documentos em mesas. Estrutura articulada, andares fixos ou removíveis, design em “escada”. Medidas: Aprox. 35,5 cm (Comprimento) x 25,3 cm (Largura) x 12 cm a 15 cm (Altura total)		Und.	540		
3	306570	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA GROSSA METÁLICA PRETA – Caneta esferográfica preta, corpo sextavado em material transparente, medindo aproximadamente 14cm, com orifício para entrada de ar no corpo da caneta, distante 6cm da ponta e 8,3 da ponta inferior. Ponta com biqueira plástica e esfera em tungstênio, com escrita 1mm, fixação da carga por pressão no corpo, escrita uniforme (sem falhas).		Und.	24.052		
4	288944	CARTOLINA LISA (AMARELA/AZUL/BRANCA/ROSA) – 150g.m², 66x50cm e cor variada.		Und.	50.272		
5	483432	CLÍPS 6/0 – Caixa com 50 unidades.		Cx.	4.019		
6	449827	COLA DE ISOPOR /E.V. A. 90 G		Und.	4.277		
7	292776	CORRETIVO LÍQUIDO – a base de água, 18ml.		Und.	781		
8	356485	E.V.A. (EMBORRACHADO) 40 X 48 CM – material: borracha eva, padrão: liso, cor: variada		Und.	22.522		
9	394720	FITA DUPLA FACE – 12mmx30m.		Und.	1.988		
10	412098	FITILHO (AZUL, BRANCO, DOURADO, PRATEADO, VERDE, VERMELHO) – 5mmx50m, cores diversas.		Und.	1.988		
11	257647	GIZÃO DE CERA – cera plástica com corante atóxico, cor: variadas, tamanho: pequeno, espessura: grossa, 12 unidades.		Cx.	12.198		



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

12	360097	GLITTER ESCOLAR 3,0 G (6 cores) – Embalagem com 6 potes de 3 gramas, cores sortidas.		Cx.	517		
13	483474	LIVRO DE ATAS C/ 100 FLS – Livro ata. Material: papel cartão, 100 folhas, comprimento: 330 mm, largura: 203 mm, características adicionais: ata com folhas numerada.		Und.	802		
14	461835	PAPEL A3 – 297x420mm – Pacote 500 folhas, gramatura: 75 g.m2, formato: A3, comprimento: 420 mm, largura: 297 mm.		Resma	392		
15	405824	PASTA CATÁLOGO, C/ 50 FL – Formato ofício, 50 envelopes plásticos finos (0,06 ma), 4 colchetes. Tam.: 245mm x 335mm x 20mm. Capa: Solda de PVC preta e bolso para identificação.		Und.	3.612		
16	435050	PINCEL ATÔMICO COLOR PRETO – Ponta: Ponta chanfrada de feltro, resistente, que não deforma facilmente e permite variação de traço – PILOT ou marca similar de igual ou melhor qualidade.		Und.	1.137		
17	435051	PINCEL ATÔMICO COLOR VERMELHO – Ponta: Ponta chanfrada de feltro, resistente, que não deforma facilmente e permite variação de traço – PILOT ou marca similar de igual ou melhor qualidade.		Und.	1.137		
18	445057	PINCEL TIPO BROCHA Nº 6 – Pincel tipo brocha, batedor		Und.	4.167		
19	278687	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE – tensão alimentação: 110,220 v, potência: 10w, aplicação: colagem, características adicionais: profissional, compatível bastão silicone		Und.	1.615		
20	611692	TECIDO TNT (ROLO COM 50 M) – gramatura: 40 g.m2, cor: variada, largura: 1,40 m. Rolo de 50 metros.		Rolo	354		
21	477123	TESOURA 21 CM – aço inoxidável, material cabo: plástico, comprimento: 21 cm, características adicionais: ponta reta, área de corte: 7,5cm.		Und.	823		
22	464170	TESOURA ESCOLAR 13CM – material: aço inoxidável, material cabo: polipropileno, comprimento: 13 cm, características adicionais: sem ponta, espessura da lâmina 1,5mm.		Und.	21.085		
23	274454	TINTA GUACHE 12 CORES 15 ML – tinta de pintura artística. Embalagem com 12 cores de 15ml.		Cx.	2.990		



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

24	411718	TINTA PRETA PARA CARIMBO FRASCO 40ML		Und.	1.262		
25	459300	ENVELOPE BRANCO 6/9 POLEGADAS – Envelope, material: offset. Tamanho aproximado (c x l): 162 x 229 mm (6"x9"), cor: branco, gramatura: 75 g/m².		Und.	5.400		
						<b>TOTAL R\$</b>	
<b>DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA</b>							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
26	464772	CANETA HIDROCOR – C/ 12 UNIDA- DES (ESTOJO) – material: plástico, ma- terial ponta: porosa, espessura escrita: média, cor carga: variada, tampa anti- asfixiante, tinta à base de água, atóxico pavio e ponta em poliéster.		Cx.	39.816		
27	338468	LÁPIS DE COR - Lápis de cor, material: madeira, diâmetro carga: 2 mm, cor: diversas, formato: cilíndrico, compri- mento total: 170 mm, características adicionais: tamanho grande com 12 co- res		Cx.	39816		
28	201228	GIZ DE CERA TONS DE PELE - Dife- rentes tons de pele -Formato anatômico: geralmente mais grosso, facilitando o manuseio por mãos pequenas. COM 12 CORES		Cx.	11.700		
29	471411	CANETA HIDROCOR TONS DE PELE - 12 Variedades de Tons de Pele - For- mato redondo; tinta à base de água, ató- xico pavio e ponta em poliéster		Cx.	11.700		
30	338468	LÁPIS DE COR TONS DE PELE - varie- dade de tonalidades, formato: cilíndrico, tamanho grande com 12 cores		Cx.	11.700		
						<b>TOTAL R\$</b>	
						<b>TOTAL GERAL R\$</b>	

No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Compras.gov.br, prevalecerá a descrita neste edital.

Para cálculo da Proposta de Preços deve-se utilizar o truncamento em todas as multiplicações com apenas duas casas decimais, no Valor Unitário pelo quantitativo



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**ANEXO IV – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE**

DESTINADOS A ME / EPP						
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNI-TÁRIO	VALOR TOTAL
1	356979	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO – para quadro branco, corpo em plástico de alta resistência, superfície interna em espuma, base feltro, medindo aproximadamente 50x145mm. Devendo conter código de barras.	Und.	8.442	R\$ 2,89	R\$ 24.397,38
2	412450	Bandeja de Mesa/Correspondência Tripla em Acrílico (Horizontal) Geralmente articulada, ideal para organizar papéis e documentos em mesas. Estrutura articulada, andares fixos ou removíveis, design em “escada”. Medidas: Aprox. 35,5 cm (Comprimento) x 25,3 cm (Largura) x 12 cm a 15 cm (Altura total)	Und.	540	R\$ 33,67	R\$ 18.181,80
3	306570	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA GROSSA METÁLICA PRETA – Caneta esferográfica preta, corpo sextavado em material transparente, medindo aproximadamente 14cm, com orifício para entrada de ar no corpo da caneta, distante 6cm da ponta e 8,3 da ponta inferior. Ponta com biqueira plástica e esfera em tungstênio, com escrita 1mm, fixação da carga por pressão no corpo, escrita uniforme (sem falhas).	Und.	24.052	R\$ 0,51	R\$ 12.266,52
4	288944	CARTOLINA LISA (AMARELA/AZUL/BRANCA/ROSA) – 150g.m², 66x50cm e cor variada.	Und.	50.272	R\$ 0,68	R\$ 34.184,96
5	483432	CLÍPS 6/0 – Caixa com 50 unidades.	Cx.	4.019	R\$ 1,87	R\$ 7.515,53
6	449827	COLA DE ISOPOR /E.V. A. 90 G	Und.	4.277	R\$ 3,21	R\$ 13.729,17
7	292776	CORRETIVO LÍQUIDO – a base de água, 18ml.	Und.	781	R\$ 1,34	R\$ 1.046,54
8	356485	E.V.A. (EMBORRACHADO) 40 X 48 CM – material: borracha eva, padrão: liso, cor: variada	Und.	22.522	R\$ 1,57	R\$ 35.359,54
9	394720	FITA DUPLA FACE – 12mmx30m.	Und.	1.988	R\$ 1,65	R\$ 3.280,20
10	412098	FITILHO (AZUL, BRANCO, DOURADO, PRATEADO, VERDE, VERMELHO) – 5mmx50m, cores diversas.	Und.	1.988	R\$ 1,67	R\$ 3.319,96
11	257647	GIZÃO DE CERA – cera plástica com corante atóxico, cor: variadas,	Cx.	12.198	R\$ 3,03	R\$ 36.959,94





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

		tamanho: pequeno, espessura: grossa, 12 unidades.				
12	360097	GLITTER ESCOLAR 3,0 G (6 cores) – Embalagem com 6 potes de 3 gramas, cores sortidas.	Cx.	517	R\$ 2,61	R\$ 1.349,37
13	483474	LIVRO DE ATAS C/ 100 FLS – Livro ata. Material: papel cartão, 100 folhas, comprimento: 330 mm, largura: 203 mm, características adicionais: ata com folhas numerada.	Und.	802	R\$ 11,06	R\$ 8.870,12
14	461835	PAPEL A3 – 297x420mm – Pacote 500 folhas, gramatura: 75 g.m2, formato: A3, comprimento: 420 mm, largura: 297 mm.	Resma	392	R\$ 48,76	R\$ 19.113,92
15	405824	PASTA CATÁLOGO, C/ 50 FL – Formato ofício, 50 envelopes plásticos finos (0,06 ma), 4 colchetes. Tam.: 245mm x 335mm x 20mm. Capa: Solda de PVC preta e bolso para identificação.	Und.	3.612	R\$ 11,22	R\$ 40.526,64
16	435050	PINCEL ATÔMICO COLOR PRETO – Ponta: Ponta chanfrada de feltro, resistente, que não deforma facilmente e permite variação de traço – PILOT ou marca similar de igual ou melhor qualidade.	Und.	1.137	R\$ 1,39	R\$ 1.580,43
17	435051	PINCEL ATÔMICO COLOR VERMELHO – Ponta: Ponta chanfrada de feltro, resistente, que não deforma facilmente e permite variação de traço – PILOT ou marca similar de igual ou melhor qualidade.	Und.	1.137	R\$ 1,48	R\$ 1.682,76
18	445057	PINCEL TIPO BROCHA Nº 6 – Pincel tipo brocha, batedor	Und.	4.167	R\$ 2,55	R\$ 10.625,85
19	278687	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE – tensão alimentação: 110,220 v, potência: 10w, aplicação: colagem, características adicionais: profissional, compatível bastão silicone	Und.	1.615	R\$ 14,34	R\$ 23.159,10
20	611692	TECIDO TNT (ROLO COM 50 M) – gramatura: 40 g.m2, cor: variada, largura: 1,40 m. Rolo de 50 metros.	Rolo	354	R\$ 45,41	R\$ 16.075,14
21	477123	TESOURA 21 CM – aço inoxidável, material cabo: plástico, comprimento: 21 cm, características adicionais: ponta reta, área de corte: 7,5cm.	Und.	823	R\$ 4,37	R\$ 3.596,51
22	464170	TESOURA ESCOLAR 13CM – material: aço inoxidável, material cabo: polipropileno, comprimento: 13 cm, características adicionais: sem ponta, espessura da lâmina 1,5mm.	Und.	21.085	R\$ 1,79	R\$ 37.742,15



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

23	274454	TINTA GUACHE 12 CORES 15 ML – tinta de pintura artística. Embalagem com 12 cores de 15ml.	Cx.	2.990	R\$ 5,76	R\$ 17.222,40
24	411718	TINTA PRETA PARA CARIMBO FRASCO 40ML	Und.	1.262	R\$ 3,22	R\$ 4.063,64
25	459300	ENVELOPE BRANCO 6/9 POLEGADAS – Envelope, material: offset. Tamanho aproximado (c x l): 162 x 229 mm (6"x9"), cor: branco, gramatura: 75 g/m².	Und.	5.400	R\$ 0,17	R\$ 918,00
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 376.767,57</b>

**DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA**

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	464772	CANETA HIDROCOR – C/ 12 UNIDADES (ESTOJO) – material: plástico, material ponta: porosa, espessura escrita: média, cor carga: variada, tampa anti-asfixiante, tinta à base de água, atóxico pavo e ponta em poliéster.	Cx.	39.816	R\$ 3,55	R\$ 141.346,80
27	338468	LÁPIS DE COR - Lápis de cor, material: madeira, diâmetro carga: 2 mm, cor: diversas, formato: cilíndrico, comprimento total: 170 mm, características adicionais: tamanho grande com 12 cores	Cx.	39816	R\$ 2,64	R\$ 105.114,24
28	201228	GIZ DE CERA TONS DE PELE - Diferentes tons de pele -Formato anatômico: geralmente mais grosso, facilitando o manuseio por mãos pequenas. COM 12 CORES	Cx.	11.700	R\$ 11,15	R\$130.455,00
29	471411	CANETA HIDROCOR TONS DE PELE - 12 Variedades de Tons de Pele - Formato redondo; tinta à base de água, atóxico pavo e ponta em poliéster	Cx.	11.700	R\$ 19,24	R\$ 225.108,00
30	338468	LÁPIS DE COR TONS DE PELE - variedade de tonalidades, formato: cilíndrico, tamanho grande com 12 cores	Cx.	11.700	R\$ 8,24	R\$ 96.408,00
<b>TOTAL R\$</b>						<b>698.432,04</b>
<b>TOTAL GERAL R\$</b>						<b>1.075.199,61</b>



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**ANEXO V – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:**

O **MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS**, ente de direito público interno, CNPJ nº 39.223.581.0001/66, com sede na Rua Campo de Albacora, nº 75 - Loteamento Atlântica - Rio das Ostras/RJ, doravante denominado **MUNICÍPIO** neste ato representado pela **Secretária Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Sra. XXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXX e inscrita no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliada no município de Rio das Ostras/RJ de um lado, e de outro, a **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXX, nº XXXX, Nº xxx – Bairro xxxx – Cidade/ Estado, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **xxxxxxxxxx**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade xxxxxxxxxxxxxxxx e inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominado **CONTRATADA**, assinam o presente **CONTRATO**, em conformidade com o resultado do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90027/2026**, oriundo do **Processo administrativo nº 51514/2025**, que se regerá pelas Cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

O objeto do presente instrumento é a **contratação** de empresa para aquisição de materiais de papelaria, a serem utilizados pelas unidades de atendimento vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Rio das Ostras (SEMEDE), essenciais para a execução das atividades administrativas e pedagógicas da rede municipal de ensino, nos termos da tabela abaixo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA (QUANDO COU- BER)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1						
2						
...						
TOTAL GERAL R\$						

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

O prazo de vigência da contratação é de 09 (nove) meses, contado da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do caput do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Primeiro**

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da lei 14133/2021, caso em que deverá a CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

**Parágrafo Segundo**

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como a inexistência de registros no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal.

**Parágrafo Terceiro**

O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**Parágrafo Quarto**

O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

Será admitida a subcontratação de atividades acessórias à execução do objeto, tais como transporte e logística de entrega, desde que não haja transferência do objeto principal contratado, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela qualidade, integridade, padronização e conformidade dos materiais fornecidos, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

**Parágrafo Primeiro**

A subcontratação não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais, nem implica vínculo jurídico entre a Administração e a empresa subcontratada, cabendo à contratada assegurar que as atividades acessórias sejam executadas em conformidade com as exigências do Termo de Referência.

**Parágrafo Segundo**

A vedação a subcontratação permanece aplicável às atividades essenciais do objeto, de modo a garantir o controle direto, a rastreabilidade e a padronização dos materiais fornecidos às unidades escolares, evitando riscos de inconsistências, divergência de marcas e comprometimento da qualidade de insumos.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

*O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....)*



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Primeiro**

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**Parágrafo Segundo**

*O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

Considerando o disposto no art. 25, § 8º, da Lei n.º 14133/2021, bem como considerando que o prazo começa a ser contado do orçamento estimado, segundo o § 3º do art. 92 da mesma Lei. Os preços inicialmente são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da conclusão do orçamento estimado definitivo.

**Parágrafo Primeiro**

Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

a) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**Parágrafo Segundo**

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**Parágrafo Terceiro**

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**Parágrafo Quarto**

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

a) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.

**Parágrafo Quinto**

O reajuste será realizado por apostilamento, ou por aditivo.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Sexto**

O reajuste a que a futura contratada fizer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual, se não houver qualquer ressalva no respectivo termo, ou com o encerramento do contrato.

**Parágrafo Sétimo**

Os pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o caso, deverão ser respondidos pela Contratante no prazo de 90 (noventa) dias após conclusão da análise final da Secretaria de Controle Interno, devendo a Contratada juntar toda a documentação que for solicitada.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

São obrigações do Contratante:

**Parágrafo Primeiro**

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**Parágrafo Segundo**

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**Parágrafo Terceiro**

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**Parágrafo Quarto**

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**Parágrafo Quinto**

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**Parágrafo Sexto**

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**Parágrafo Sétimo**

Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**Parágrafo Oitavo**

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Nono**

A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**Parágrafo Décimo**

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

**Parágrafo Décimo Segundo**

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**Parágrafo Décimo Terceiro**

O contratante fica obrigado a verificar a necessidade permanente de pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados (Art.162, VI, do Decreto Municipal nº 3884/2024).

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**Parágrafo Primeiro**

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**Parágrafo Segundo**

Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**Parágrafo Terceiro**

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**Parágrafo Quarto**

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Quinto**

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**Parágrafo Sexto**

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; 6) Certidão de Regularidade com o Município do domicílio ou sede da Contratada;

**Parágrafo Sétimo**

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**Parágrafo Oitavo**

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**Parágrafo Nono**

Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**Parágrafo Décimo**

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**Parágrafo Décimo Primeiro**

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**Parágrafo Décimo Segundo**

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**Parágrafo Décimo Terceiro**

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Décimo Quarto**

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Décimo Quinto**

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**Parágrafo Décimo Sexto**

Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**Parágrafo Décimo Sétimo**

Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando for o caso;

**Parágrafo Décimo Oitavo**

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando for o caso;

**Parágrafo Décimo Nono**

Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**Parágrafo Vigésimo**

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**Parágrafo Primeiro**

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**Parágrafo Segundo**

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Terceiro**

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**Parágrafo Quarto**

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**Parágrafo Quinto**

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação pra fins de comprovação de cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**Parágrafo Sexto**

É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**Parágrafo Sétimo**

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**Parágrafo Oitavo**

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**Parágrafo Nono**

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**Parágrafo Décimo**

Banco de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeitos de responsabilização, em caso de eventuais casos de omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**Parágrafo Décimo Segundo**

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá ao MUNICÍPIO fiscalizar a execução deste Contrato, de forma imediata através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer. Incumbe à fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, nas especificações dos serviços, neste Contrato, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Contrato e na legislação em vigor, observado o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Primeiro**

Os servidores responsáveis pela fiscalização deste contrato, que deverão acompanhar toda execução, bem como atestar a sua realização, serão:

Gestor de contrato: XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

Fiscal Administrativo: XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

Fiscal Técnico: XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

**Parágrafo Segundo**

Incumbe à fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, nas especificações dos serviços, neste Contrato, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no Contrato e na legislação em vigor, observado o contraditório e a ampla defesa;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 96)**

O Contrato conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% de seu valor do Contrato.

**Parágrafo Primeiro**

A exigência de garantia de execução poderá ser dispensada nos casos em que a contratação decorrente da Ata de Registro de Preços resultar em instrumento contratual de valor igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), especialmente quando se tratar de fornecimento de entrega única, com vistas à desburocratização do procedimento e ao incentivo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, observados os princípios da proporcionalidade e da eficiência administrativa.

**Parágrafo Segundo**

A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

**Parágrafo Terceiro**

Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**Parágrafo Quarto**

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Quinto**

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

**Parágrafo Sexto**

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**Parágrafo Sétimo**

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

**Parágrafo Oitavo**

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo acima, observada a legislação que rege a matéria.

**Parágrafo Nono**

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser indicada pelo Município, com correção monetária.

**Parágrafo Décimo**

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**Parágrafo Décimo Segundo**

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**Parágrafo Décimo Terceiro**

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Décimo Quarto**

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**Parágrafo Décimo Quinto**

O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décimo Sexto**

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**Parágrafo Décimo Sétimo**

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**Parágrafo Décimo Oitavo**

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**Parágrafo Décimo Nono**

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**Parágrafo Vigésimo**

O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

**Parágrafo Vigésimo Primeiro**

A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

Com fulcro na **Lei nº 14.133, de 2021**, no Decreto Municipal nº 4039, de 2024, e nas demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**I-** Advertência

**II-** Multa:

a) compensatória;

b) de mora.

**III-** Impedimento de licitar e contratar

**IV-** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Primeiro**

As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “a” do inciso II.

**Parágrafo Segundo**

A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

**I-** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, na entrega de material ou execução de serviços e 1% (um por cento) ao dia após o 15º (décimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

**II-** O atraso na prestação da garantia contratual pelo licitante vencedor ou contratante acarretará a aplicação de multa, nos seguintes termos:

**a)** atraso de 30 (trinta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da garantia;

**b)** atraso entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados do termo final para a prestação da garantia: multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da garantia;

**c)** atraso superior a 60 (sessenta) dias do termo final para a prestação da garantia: multa de 5% (cinco por cento) do valor da garantia.

**III-** De 3% (três por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços ou para a contratação direta, para aquele que:

**a)** na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;

**b)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**c)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**d)** tumultuar a sessão pública da licitação;

**e)** descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

**f)** propor recursos e impugnações manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

**g)** deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**h)** deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**i)** permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

**j)** deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

**k)** não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

**l)** manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

**m)** utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

**n)** tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

**o)** deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

p) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

q) deixar de repor funcionários faltosos;

r) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

s) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

t) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

u) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

**IV-** De 10% (dez por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

a) inexecução parcial, com ou sem prejuízo para o ente Contratante;

b) quando o infrator der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

**V-** De 20% (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor de referência para a licitação, do valor total da adjudicação da licitação, do valor contratado, da Ata de Registro de Preços, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato, da Ata de Registro de Preços;

h) recusa do infrator em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, salvo se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, do qual não tenha dado causa ou concorrido negligentemente, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, mediante decisão favorável e motivada da autoridade competente;

i) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

**Parágrafo Terceiro**

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

**Parágrafo Quarto**

Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o *caput* e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

**Parágrafo Quinto**

O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.







**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Sexto**

A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste instrumento, cumulando-se os respectivos valores.

**Parágrafo Sétimo**

Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios estabelecido no Decreto Municipal nº 4039, de 2024:

**Parágrafo Oitavo**

Será aplicada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

**I-** Impedimento pelo período de até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) tenha sofrido três penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a seis meses;
- f) recuse-se injustificadamente a cumprir os prazos previstos no contrato e/ou na Ata de Registro de Preços;
- g) tumultue a sessão pública de licitação;
- h) dê ensejo ao cancelamento parcial do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços;
- i) deixe de devolver os valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- j) ofenda agentes públicos no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis;
- k) deixe de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- l) induza em erro a Administração;
- m) seja reincidente na penalidade de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
  - 1. atraso na execução do objeto;
  - 2. alteração da quantidade ou qualidade do objeto contratado;
  - 3. não entrega, no prazo estipulado pela Administração, dos documentos necessários para a liquidação e pagamento da despesa.
- n) atraso na execução do disposto na Ata de Registro de Preços ou no contrato;

**II-** Impedimento pelo período entre 01 (um) ano até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) a paralisação injustificada do serviço, da obra ou do fornecimento de bens;
- c) à rescisão do contrato e/ou Ata de Registro de Preços;
- d) recusa em contratar dentro do prazo de validade da proposta;
- e) não manutenção da proposta, durante o seu prazo de validade.

**III-** Impedimento pelo período entre 02 (dois) anos até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) entregue mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

- c) apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações ou contratações diretas, no momento da contratação ou durante a execução do contrato;
- d) ofereça vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- e) comportamento inidôneo;
- f) apresentação de documentação falsa;
- g) falha ou fraude na execução do contrato;
- h) fraude fiscal.

**Parágrafo Nono**

A aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por outras esferas governamentais não produz efeitos diretos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

**Parágrafo Décimo**

Será aplicada a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I- Pelo período entre 03 (três) anos até 04 (anos) anos, no caso de o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

II- Pelo período entre 04 (quatro) anos até 05 (anos) anos, no caso de o infrator:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

III- Pelo período entre 05 (cinco) anos até 06 (seis) anos, caso o infrator:

a) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa);

b) existência de sentença judicial condenatória transitada em julgado pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais;

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal nº 4039, de 2024, pelo prazo máximo de 06 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**Parágrafo Décimo Segundo**

O cometimento de mais de 01 (uma) infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente 01 (uma) delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

**Parágrafo Décimo Terceiro**

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Décimo Quarto**

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**Parágrafo Décimo Quinto**

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**Parágrafo Décimo Sexto**

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Parágrafo Décimo Sétimo**

A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**Parágrafo Primeiro**

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**Parágrafo Segundo**

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**Parágrafo Terceiro**

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**Parágrafo Quarto**

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Quinto**

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**Parágrafo Sexto**

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

**Parágrafo Sétimo**

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Oitavo**

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021)."

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMEDE deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- Fonte de Recursos:
- Programa de Trabalho:
- Elemento de Despesa:
- Nota de Empenho:

A administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem na sua manutenção.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 3884/2024, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Primeiro**

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.





**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51514/2025 – SEMEDE**

**Parágrafo Segundo**

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do jurídico jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Terceiro**

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)**

Fica eleito o Foro da Justiça do Município de Rio das Ostras para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio das Ostras, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**P/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER**

**P/ CONTRATADA**

**Testemunhas:**